

(Exemplo de Ebook - 02)
Texto Ilustrativo

LGPD na Prática: O Que Empresas Precisam Ajustar Para Reduzir Riscos



A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) impacta empresas de diferentes portes, especialmente aquelas que coletam, armazenam ou compartilham dados de clientes, leads, colaboradores e fornecedores. Na prática, muitos negócios acreditam estar adequados por terem um banner de cookies ou uma política de privacidade, mas a conformidade real depende de processos internos e controles mínimos de governança.

Um dos primeiros pontos é mapear quais dados a empresa trata, por qual motivo e com qual base legal. Sem esse diagnóstico, é comum haver coleta excessiva, armazenamento por tempo indefinido ou compartilhamentos que não estão documentados. Com o aumento da operação — mais canais, mais equipe, mais ferramentas — o risco se amplia, principalmente quando não existe padrão sobre quem acessa informações e como elas são protegidas.

Contratos também ganham relevância. Relações com plataformas, prestadores de serviço, agências, CRMs e ferramentas de marketing geralmente envolvem dados pessoais. Nesses casos, a empresa precisa ter clareza sobre papéis e responsabilidades

(controlador, operador), além de prever obrigações de segurança, comunicação de incidentes e limites de uso dos dados.

Outro ponto crítico é o atendimento aos direitos do titular. Pedidos de acesso, correção, eliminação e informações sobre tratamento devem ter um fluxo mínimo para resposta. Quando a empresa não sabe onde os dados estão, quanto tempo ficam armazenados ou com quem foram compartilhados, responder adequadamente se torna difícil e aumenta a exposição.

Diante disso, a LGPD deve ser vista como uma agenda de gestão de risco: ajustes proporcionais ao porte e ao nível de tratamento de dados, com rotinas simples, documentação e alinhamento interno. Isso reduz vulnerabilidades, melhora a confiança e evita problemas que costumam aparecer justamente quando a empresa cresce.

Este artigo tem caráter meramente informativo e não substitui a análise jurídica individualizada, que deve considerar as particularidades de cada empresa e de cada operação.